

6/6/2018

Internet of Transportation

ITS-Portugal debateu futuro das tecnologias de mobilidade

A agregação e a partilha de dados é o próximo passo para as entidades e empresas ligadas à mobilidade. O sharing, é também aqui a palavra-chave de toda uma rede de sistemas que se querem a uma escala cada vez maior. Trabalhar em conjunto, sem receio do (inevitável) concorrente, e sempre com um objetivo: garantir serviços de mobilidade focados imperativamente nas pessoas.



O ITS-Portugal realizou, no passado mês de abril, o Seminário Internet of Transportation (IoTr) onde foi discutida a importância da agregação e partilha de dados sobre plataformas de mobilidade à escala intermunicipal. Dividido em três sessões, o seminário reuniu um conjunto de oradores de diversas áreas, entidades e setores, cobrindo de forma transversal todos os elos do sistema da mobilidade.

A primeira sessão contou com a intervenção de Pedro Barradas, da DG-Move (via Skype) e de Ricardo Tiago, do IMT, e discutiu o “Regulamento Delegado 2017/1926 sobre viagens multimodais”. O regulamento da Comissão Europeia tem um cronograma ambicioso – os primeiros dados deverão estar disponíveis até 1 de dezembro de 2019, e os últimos até 1 de dezembro de 2023 – para determinar a criação de um National Access Point (NAP), definindo a forma como deve ser garantida a acessibilidade, o intercâmbio e a reutilização de dados de viagem e de tráfego, estáticos e dinâmicos.

Pedro Barradas sublinhou que um dos primeiros passos a seguir, e com impacto na componente da digitalização da infraestrutura física, será alterar esta mesma infraestrutura **«à custa de uma infraestrutura virtual, digitalizada, que acrescenta dimensões à**

realidade de transporte e muito valor. Esta infraestrutura, acreditamos que traga muitos benefícios ao nível do impacto ambiental, da segurança rodoviária e ao nível da eficácia e da eficiência dos diversos sistemas que têm de se interligar e complementar». O responsável da DG-Move frisou ainda que **«temos de começar por aqui, pelos dados. A sustentabilidade vem à medida que é possível, tendo esta visão que há um caminho a percorrer».**

A segunda sessão do IoTTr teve as presenças de João Carlos Silva, da IP – Infraestruturas de Portugal e de Pedro de Jesus, da CP – Comboios de Portugal. Do ponto de vista da infraestrutura e da lógica do operador, foram discutidos os serviços colaborativos das diferentes entidades e do seu papel no sistema.

Os serviços colaborativos nos transportes desafiam a oferta de serviços de mobilidade envolvendo múltiplos operadores de forma transparente para os utilizadores num quadro coordenado de gestão, partilha e rentabilização de recursos. Deste modo, a perspetiva colaborativa de oferta de serviços das múltiplas entidades, com as suas infraestruturas tecnológicas e cultura de processos e modelos de dados, requer uma partilha estruturada e coordenada na oferta dos tais serviços colaborativos de mobilidade em que o cidadão não necessite de se aperceber da mudança de operador.

Nesta segunda sessão, moderada por José Monteiro Limão, diretor da Transportes em Revista, houve ainda espaço para um debate em mesa redonda, com as participações de Óscar Rodrigues, da EMEL, Simão Vieira, da Cascais Próxima, e Gabriel Oliveira, da Câmara Municipal de Almada/Ecalma.

O objetivo foi discutir as temáticas do armazenamento de dados sobre plataformas de transporte e tipos de informação passível de ser extraída e partilhada com outras entidades de transporte em coordenação com empresas de tecnologia na operacionalização dos sistemas tecnológicos.

O trabalho dos municípios no terreno



Confrontado sobre os resultados em termos de adesão do consumidor às iniciativas de mobilidade do município de Cascais, Simão Vieira disse que **«tem sido um processo evolutivo. Todos os projetos que estamos a trabalhar visam dar um ponto único de acesso aos serviços de mobilidade. Um ponto único para comprar, utilizar e simplificar os processos. À medida que vamos inserindo novas iniciativas de mobilidade, vamos criando condições para mudar o comportamento dos utilizadores do município»**.

O responsável da Cascais Próxima, considera que a empresa municipal é também ela **«um operador interno que tem procurado complementar a oferta existente no município. Há um objetivo da Cascais Próxima poder dar uma solução de mobilidade de transporte público, integrada no MobiCascais, e que fomente a utilização dos meios de transporte existente. É com a criação de pacotes de mobilidade que queremos convencer as pessoas a utilizar sistemas de mobilidade integrada»**.

Simão Vieira explicou ainda que existe **«toda uma vantagem em integrar nestas plataformas de mobilidade informação de carácter operacional do município, de forma a que os nossos parceiros possam operar de forma mais eficaz. Isso é um contributo importantíssimo para suportar uma maior adesão. Não basta integrar, é necessário também assegurar um bom funcionamento constante de toda a rede do sistema»**.

Sobre a agregação e partilha de dados, Gabriel Oliveira da Câmara Municipal de Almada/Ecalma, confessou que **«vamos ter que, a nível municipal, mudar muito do que fazemos com os dados dos nossos municípios»**. Para o responsável, **«Almada será um dos territórios da Área Metropolitana de Lisboa com maior potencialidade para crescer»**. Porém, continua, **«temos muito a fazer, nomeadamente na questão dos transportes»**.

«Pretendemos, tal como outros municípios, uma tarifação única e que haja um operador que nos obedeça (e não seja necessário pedir carreiras). Hoje em dia estamos muito dependentes daquilo que nos oferecem (Vimeca, TST, Barraqueiro)», afirmou. Gabriel Oliveira disse ainda que é imprescindível **«ter noção do espaço que ocupamos, do serviço que prestamos às pessoas e da responsabilidade acarretada a estes serviços»**.

EMEL, muito além do estacionamento

Já Óscar Rodrigues, da EMEL, aproveitou para dizer que **«aquilo que a EMEL hoje transparece e representa é que já não é só uma empresa de gestão de estacionamento. Somos uma empresa de mobilidade, pois em parceira com a câmara, procuramos dar soluções para diminuir a utilização do transporte individual»**.

Questionado sobre o serviço de bikesharing da EMEL, o responsável mostrou-se satisfeito com os resultados obtidos, em menos de um ano de operação. «**O sistema de bicicletas partilhadas ainda não está completamente implementado e já tem mais de seis mil utilizadores inscritos e uma média superior a quatro viagens/dia por bicicleta. Se é assim que nós, EMEL e CML, gastamos o dinheiro que recebemos do estacionamento, ainda bem. Se estamos a mudar o paradigma da cidade então é bem utilizado**».

Na sua opinião, «**todos os municípios, e empresas municipais andam a fazer o mesmo [garantir soluções de mobilidade] e isso não está errado. Quer dizer que estamos a seguir na direção certa. O próximo passo tem a ver com a questão da integração de interoperabilidade mas à escala intermunicipal. Vivemos num mundo cada vez mais global e temos de perceber que as pessoas se movimentam**», frisou.



Para o responsável da Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, «**não faz sentido nenhum que todos os players e entidades (públicas ou privadas) que**

estejam a trabalhar num determinado setor, e numa área geográfica bem delimitada, com interações diárias e permanentes, não partilhem dados e informação». Contudo, avisa: «tem que haver alguém que mande, que regule, que estabeleça regras e que use de forma sensata todos estes dados. Vamos ter concorrência em todos os setores e isso vai exigir mais de todos nós que prestamos serviços públicos».

Relativamente à cidade de Lisboa, Óscar Rodrigues acredita que **«com a passagem da Carris para o município, passamos a estar equidistantes e ao mesmo nível que os outros concelhos. Assim, este é o momento ideal para pensarmos numa integração intermunicipal dentro daquilo que é a AML. Faz todo o sentido que haja um passe multitransporte e multiterritório para que as pessoas se desloquem em toda a área metropolitana sem ser necessária a aquisição de vários bilhetes».**

Por fim, a terceira e última sessão do seminário reuniu três oradores ligados a serviços de mobilidade (Pedro Mourisca, da Via Verde), integração e transportes flexíveis (João Sequeira, da GMV) e modos suaves e bikesharing (Paulo Rodrigues, da Miralago). A oferta de serviços integrados e inteligentes de mobilidade, num quadro multifornecedor (em que o cidadão tem a liberdade de escolher o fornecedor que melhor responde às suas expetativas de qualidade e custos) colocam desafios tecnológicos de difícil formulação e abordagem.

No futuro (que é já amanhã!), a aposta passa por estender os facilitadores de acesso a serviços mais amigos do ambiente e promotores de um estilo de vida mais sustentável, tais como redes de bicicletas em pontos estratégicos, num convite claro ao “abandono” da viatura própria e ao uso do transporte público ecológico e saudável. Cada entidade deverá, em suma, ser responsável pela sua infraestrutura e pelos sistemas que terão que cooperar, necessariamente, com os sistemas de outras entidades numa rede complexa de nós com a sua diversidade de processos e tecnologias.

por Pedro Venâncio

Por:

Fonte: